

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Entretanto, a inflação do final do ano deve continuar acima do teto da meta de 6,5%. O mercado de trabalho segue em processo de deterioração, iniciando no primeiro trimestre, com a taxa de desemprego subindo para 7,5% em novembro de 2015, ante taxa de 4,8% registrada em novembro de 2014. A carteira total de crédito do sistema cresceu 7,4% em novembro de 2015, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o que representa uma desaceleração relevante quando comparada ao ritmo de crescimento observado em meados de 2015. Esse movimento pode ser observado tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 11,2% ao ano, quanto no crédito com recursos livres, que aumentou apenas 4,1% entre novembro de 2014 e novembro de 2015. A carteira dos bancos públicos também está crescendo em ritmo mais lento do que no passado, mas ainda cresce substancialmente mais do que a dos bancos privados (11,4% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em apenas 2,9%). O conservadorismo na oferta de concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e as taxas de juros em alta são fatores que devem manter essa tendência de desaceleração do crédito ao longo dos próximos meses.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização, atingiu no período findo em 31 de dezembro de 2015, um lucro líquido no valor de R\$106 milhões (2014 - R\$88 milhões), patrimônio líquido de R\$189 milhões (31/12/2014 - R\$188 milhões) e reservas técnicas de capitalização de R\$1.689 milhões (31/12/2014 - R\$1.731 milhões).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante	549.578	1.089.906
Disponível	4 8.036	7.712
Caixa e Bancos	8.036	7.712
Aplicações	541.355	1.082.137
Títulos de Renda Fixa	5.a 157.468	262.562
Cotas de Fundos de Investimentos	5.a 383.887	819.575
Títulos e Créditos a Receber	187	57
Títulos e Créditos a Receber	23.c 76	57
Outros Créditos	111	-
Ativo não Circulante	1.539.879	995.541
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.405.179	860.789
Aplicações	1.223.690	722.762
Títulos de Renda Fixa	5.a 1.223.690	722.762
Outras Aplicações	5.d 8.002	8.002
(+) Redução ao Valor Recuperável	5.d (8.002)	(8.002)
Títulos e Créditos a Receber	181.489	138.027
Créditos Tributários e Previdenciários	6 56.453	29.694
Depósitos Judiciais e Fiscais	7 125.036	108.333
Investimentos	13	13
Outros Investimentos	13 13	13
Outros Investimentos	1.085	1.085
(-) Redução ao Valor Recuperável	(1.072)	(1.072)
Imobilizado	8 1.566	1.618
Imóveis de Uso Próprio	2.447	2.447
Bens Móveis	3	3
(-) Depreciação	(884)	(832)
Intangível	9 133.121	133.121
Adqs. de Incorporação	133.121	133.121
Total do Ativo	2.089.457	2.085.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Circulante	1.755.374	1.803.790
Contas a Pagar	48.022	20.898
Obrigações a Pagar	11.805	324
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	2.555	958
Impostos e Contribuições	10 32.853	17.701
Outras Contas a Pagar	809	1.915
Débitos de Operações com Capitalização	12 18.092	16.969
Outros Débitos Operacionais	18.092	16.969
Depósitos de Terceiros	13 185	139
Provisões Técnicas - Capitalização	14 1.689.075	1.731.480
Provisão para Resgates	1.582.120	1.629.302
Provisão para Sorteio	24.699	20.245
Outras Provisões	82.256	81.933
Outros Débitos	-	34.304
Provisões Judiciais	11.b -	34.304
Passivo não Circulante	145.412	93.237
Contas a Pagar	317	43
Tributos Diferidos	22.d 317	43
Outros Débitos	145.095	93.194
Provisões Judiciais	11.b 145.095	93.194
Patrimônio Líquido	15 188.671	188.420
Capital Social	123.900	123.900
Reservas de Lucros	106.251	83.399
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(41.480)	(18.879)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota Explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Avaliação de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial (20.934)	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	123.900	24.779	63.968	-	-	191.713
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	2.055	-	2.055
Dividendos com Base na Reserva para Equalização de Dividendos	15.b -	-	(28.678)	-	-	(28.678)
Proposta para Distribuição do Resultado: Dividendos	15.b -	-	-	-	(65.000)	(65.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c -	-	23.330	-	(23.330)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	123.900	24.779	58.620	(18.879)	-	188.420
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(22.601)	-	(22.601)
Lucro Líquido	-	-	-	-	105.772	105.772
Proposta para Distribuição do Resultado: Dividendos	15.b -	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b -	-	-	-	(12.920)	(12.920)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c -	-	22.852	-	(22.852)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	123.900	24.779	81.472	(41.480)	-	188.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), controlada pela Sancap Investimentos e Seguros S.A. (Sancap) (Nota 23.b), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2241 e 2225 - 22º andar - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP é uma Instituição integrante do Grupo Santander e tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015, foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 22 de fevereiro de 2016.

Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos em detalhes na Nota 3-e;
 - Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos em detalhes na Nota 3-f;
 - Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis, dígitos e outros ativos intangíveis) são discutidos em detalhes na Nota 3-i e j;
 - A vida útil de ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes na Nota 3-i e j;
 - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são discutidos em detalhes na Nota 3-k;
 - Provisões técnicas de capitalização são discutidos em detalhes na Nota 3-l;
 - Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na Nota 3-n.
- As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
- Mudanças nas taxas de juros;
 - Mudanças nos índices de inflação;
 - Regulamentação governamental e questões fiscais;
 - Processos ou disputas judiciais adversas;
 - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
 - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
 - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Apuração do Resultado

As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e do recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos mensais (PM). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidade e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de valor.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros, com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado e geralmente é liquidado em data futura.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes à "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mensurados para negociação, mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir o impacto de variações de mercado nos resultados, ou com o objetivo de controlar o risco de mercado, com o objetivo de mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com fechos em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerado e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", empréstimos e recebíveis ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são

classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

- Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os passivos financeiros da Santander Capitalização são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre capital próprio e provisões matemáticas para resgate - títulos de capitalização.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os "empréstimos e recebíveis" e "investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação ou ganhos.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Capitalização ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Cotações Publicadas	Técnicas de Precço em Valorização	Cotações Publicadas	Técnicas de Valorização
	Preço em Mercado	Dados Observáveis (Nível 1)	Preço em Mercado	Dados Observáveis (Nível 2)
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 1)	(Nível 2)
Ativos Financeiros para Negociação	-	456.176	456.176	-
Letras Financeiras - LF	-	72.289	72.289	-
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	-	383.887	383.887	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.083.225	225.644	1.308.869	737.435
Letras Financeiras - LF	-	225.644	225.644	-
Notas do Tesouro Nacional - LTN	800.101	-	800.101	440.367
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F	283.124	-	283.124	297.068
Total	1.083.225	681.820	1.765.045	737.435

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Santander Capitalização não possui nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 3.

Não houve reclassificações entre níveis nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Ativos Financeiros não Recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Originem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados, no caso de transação, no caso de instrumentos de dívida;
 - Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 517/2015. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

g) Receitas com Títulos de Capitalização

As receitas com títulos de capitalização são reconhecidas contabilmente no resultado quando de seu efetivo recebimento. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas monetárias ou cambiais, calculadas a índices ou taxas oficiais "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

h) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado

O imobilizado está sendo apresentado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Santander Capitalização. Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas

A Santander Capitalização continuará expandindo seus negócios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitalização.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração,

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor do Custo	Ajuste a Mercado no Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Total
Títulos para Negociação	456.083	93	456.176	25,9%
Títulos Privados	456.083	93	456.176	25,9%
Letras Financeiras - LF	104,75% a	72.196	93	72.289
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	-	383.887	-	383.887
Títulos Disponíveis para Venda	1.385.191	-	(76.322)	1.308.869
Títulos Privados	1.385.191	-	(76.322)	1.308.869
Letras Financeiras - LF	104,75% a	225.046	-	598
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	107,00% CDI	1.160.145	-	706.264
Títulos Públicos	1.160.145	-	(76.920)	1.083.225
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12,00% a 16,10% a.a. PRE	839.317	-	(39.216)
Letras do Tesouro Nacional - NTN-F	9,01% a 12,87% a.a. PRE	320.828	-	(37.704)
Total	1.841.274	93	(76.322)	1.765.045
Circulante				541.355
Não Circulante				1.223.690

	31/12/2014		31/12/2014	
	Valor do Custo	Ajuste a Mercado no Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Total
Títulos para Negociação	882.816	100	882.916	48,9%
Títulos Privados	882.816	100	882.916	48,9%
Letras Financeiras - LF	106,7% CDI	63.241	100	63.341
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	-	819.575	-	819.575
Títulos Disponíveis para Venda	954.983	-	(33.000)	921.983
Títulos Privados	954.983	-	(33.000)	921.983
Letras Financeiras - LF	8,95% a 10,86% a.a. PRE	185.245	-	(697)
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	-	769.738	-	737.435
Títulos Públicos	185.245	-	(32.303)	173.435
Letras do Tesouro Nacional - LTN	100% PRE	449.157	-	(8.790)
Letras do Tesouro Nacional - NTN-F	100% PRE	320.581	-	(23.513)
Total	1.837.799	100	(33.000)	1.804.899
Circulante				1.082.137
Não Circulante				722.762

A taxa média dos juros das aplicações em títulos e valores mobiliários de 31 de dezembro de 2015 foi de 11,9% a.a. (31/12/2014 - 9,9% a.a.).

b) Composição por Prazo de Vencimento

	31/12/2015				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
Títulos para Negociação	383.887	-	72.289	-	456.176
Títulos Privados	383.887	-	72.289	-	456.176
Letras Financeiras - LF	-	-	72.289	-	72.289
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	383.887	-	-	-	383.887
Títulos Disponíveis para Venda	-	59.278	25.901	1.082.327	141.363
Títulos Privados	-	59.278	25.901	1.082.327	141.363
Letras Financeiras - LF	-	-	25.901	199.743	225.644
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	-	59.278	-	882.584	141.363
Títulos Públicos	-	-	-	882.584	1.083.225
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	44.607	-	660.293	95.201
Letras do Tesouro Nacional - NTN-F	-	14.671	-	222.291	46.162
Total	383.887	59.278	98.190	1.082.327	141.363

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

c) Movimentação das Aplicações

	31/12/2014		31/12/2015	
	Saldo em 31/12/2014	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2015
Títulos para Negociação	882.916	531.882	(1.041.010)	82.395
Títulos Privados	882.916	531.882	(1.041.010)	82.395
Letras Financeiras - LF	63.341	-	-	8.955
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	819.575	531.882	(1.041.010)	73.440
Títulos Disponíveis para Venda	921.983	747.958	(373.025)	55.275
Títulos Privados	921.983	747.958	(373.025)	55.275
Letras Financeiras - LF	184.548	207.391	(192.197)	24.607
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	737.435	540.567	(180.828)	30.668
Títulos Públicos	1.122.756	181.678	(653.219)	82.816
Letras do Tesouro Nacional - LTN	440.367	540.567	(151.250)	843
Letras do Tesouro Nacional - NTN-F	297.068	-	(29.578)	29.825
Total	1.804.899	1.279.840	(1.414.035)	137.670

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas na realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, totalizavam R\$8.002, para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no mesmo valor.

e) Garantia das Provisões Técnicas

As garantias parciais de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos de Renda Fixa	1.381.158	985.324
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	383.887	819.575
Total de Cobertura	1.765.045	1.804.899
Total a ser Coberto ⁽¹⁾	1.689.260	1.731.619
Total de Excedente	75.785	73.280

⁽¹⁾ Em atendimento ao Órgão Regulador - SUSEP, foi incluso o saldo da conta depósito de terceiros juntamente com as provisões técnicas, para o total a ser coberto. A partir de 2015, o saldo de depósitos de terceiros foi incorporado à outras reservas técnicas (Nota 13).

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Santander Capitalização não apresenta operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2015	31/12/2014
Créditos Tributários (Nota 22.a)	56.453	29.694
Total - Ativo não Circulante	56.453	29.694

7. Depósitos Judiciais

	31/12/2015	31/12/2014
Fiscais	125.020	108.078
Trabalhistas	16	7
Outros	-	248
Total - Ativo não Circulante	125.036	108.333

8. Imobilizado

	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis de Uso	2.447	1.566
Terrenos	1.152	1.152
Edificações	1.295	(881)
Outras Imobilizações de Uso	3	(3)
Móveis e Equipamentos de Uso	1	(1)
Sistemas de Comunicação	1	(1)
Sistemas de Processamento de Dados	1	(1)
Total	2.450	1.566

9. Intangível

Composto pelo ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. no valor líquido de R\$133.121 (31/12/2014 - R\$133.121), com vida útil - indefinida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

O teste do valor recuperável do ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e baseado nas premissas descritas acima não foi identificada qualquer evidência de perda do valor recuperável.

Principais Premissas:

	2015	2014
Base para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa	Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 Anos	5 Anos
Taxa de Crescimento	5,0%	3,5%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	16,9%	16,5%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

⁽²⁾ A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

10. Impostos e Contribuições

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda	21.030	12.845
Contribuição Social	10.715	3.710
PIS e COFINS	1.108	1.146
Total - Passivo Circulante	32.853	17.701

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	145.069	127.475
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	26	23
Total	145.095	127.498

Circulante
145.095
Não Circulante
93.194

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	127.475	23	-	112.112	3	1
Constituição Líquida de Reversão	17.594	41	264	15.363	20	4
Baixas por Pagamento	-	(38)	(264)	-	-	(5)
Saldo Final	145.069	26	-	127.475	23	-

Depósitos em Garantia - Outros Créditos 102.308 - 86.437

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias
Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias são:
Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$36.249 (31/12/2014 - R\$34.071): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$108.314 (31/12/2014 - R\$93.126): Mandado de Segurança visando adiar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As empresas de seguros privados e de capitalização estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível
São ações judiciais relacionadas à cobrança de indenizações securitárias, por danos morais, lucros cessantes e danos emergentes.

As contingências cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2015, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$2.726, e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

12. Débitos de Operações com Capitalização

Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais. (Nota 23.c), registrados no passivo circulante.

13. Depósitos de Terceiros

Até 31 de dezembro de 2014, registravam-se os recursos relativos a títulos de capitalização vencidos e não resgatados, os quais se encontram dentro do prazo limite de prescrição. Em 2015, o saldo foi incorporado à outras reservas técnicas e o saldo remanescente refere-se a tratamento de parcelas. O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo distribuído:

	31/12/2015	Incorporação às Reservas Técnicas	31/12/2014	Reclassificação para Reservas Técnicas	31/12/2014
De 0 a 30 Dias	70	528	56	447	
De 31 a 60 Dias	40	193	4	534	
De 61 a 120 Dias	2	444	51	562	
De 121 a 180 Dias	5	356	4	422	
De 181 a 365 Dias	21	842	16	12.275	
Superior a 365 Dias	47	79.893	8	65.469	
Total - Passivo Circulante	185	82.256	139	79.709	

14. Movimentação das Provisões Técnicas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Saldo Inicial	1.731.480	1.704.554
Constituição	891.969	916.556
Resgates	(1.042.121)	(987.710)
Atualizações Financeiras (Nota 20)	107.747	98.080
Saldo Final - Passivo Circulante	1.689.075	1.731.480

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é composto por 64.615 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliadas no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente,



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado*

Gestão do Risco de Reputação

Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

Gestão do Risco de Compliance

Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

Gestão do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que uma instituição honre seus compromissos financeiros em razão do descasamento de recebimentos e pagamentos.

No caso da Santander Capitalização esse risco pode ser traduzido em não honrar os resgates, vencimentos e pagamentos de prêmios aos detentores dos títulos de capitalização em decorrência de dificuldades de negociar os ativos da carteira no mercado. Essa situação pode ocorrer em virtude da indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações ou por condições de mercado que reduzam a negociação dos ativos que compõem a carteira.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

A política de investimento da Santander Capitalização coloca a liquidez como o principal critério de escolha dos ativos para composição da carteira de investimentos mantendo o nível de liquidez em patamares conservadores.

Para avaliação do fluxo de caixa das obrigações da companhia é utilizado análise atuarial baseada no comportamento histórico dos pagamentos de sorteio e resgates antecipados dos títulos de capitalização.

Gestão do Balanço (Ativos e Passivos)

O processo estruturado de gestão de ativos e passivos (ALM) analisa conjuntamente os ativos e passivos da Santander Capitalização, seus fluxos de caixa, características e riscos. O processo é responsável por administrar o negócio para que decisões sobre ativos e passivos sejam tomadas de forma coordenada; sendo este um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão de estratégias relacionadas a ativos e passivos em uma tentativa de mitigar os riscos inerentes aos produtos de

capitalização.

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.

A política de gestão de risco da Santander Capitalização visa alocar recursos em ativos financeiros que permitam proteger os resultados da empresa sempre observando as exigências de liquidez. A estrutura de limites é definida pela área de controle de riscos e aprovada em comitê observando a governança estabelecida.

A mensuração do risco de mercado é realizada com base nas sensibilidades NIM e MVE definidas a seguir:

- NIM (Net Interest Margin): avalia o impacto na margem financeira da companhia, no horizonte de um ano, para uma variação paralela de 1% na curva de juros. A margem financeira é definida pela diferença entre a remuneração dos ativos e a remuneração dos passivos.

- MVE (Market Value of Equity): avalia a variação absoluta do valor de mercado dos fluxos de caixa de um título ou de uma carteira para uma variação paralela de 1% na curva de juros.

A política de investimentos da Santander Capitalização tem como objetivo manter estáveis os resultados ao longo do tempo e proteger o valor de mercado da companhia mantendo as sensibilidades NIM e MVE próximas de zero.

O quadro resumo abaixo sintetiza os valores de sensibilidade ao valor patrimonial das operações estruturais da Santander Capitalização para cada um dos cenários abaixo da carteira do dia 31 de dezembro de 2015:

Carteira Banking

Fatores de Risco

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Pré-Fixada em Reais	(1.544)	(59.044)	(111.786)
Taxa Referencial - TR	(1.482)	(60.953)	(129.438)
Total ⁽¹⁾	(3.026)	(119.997)	(241.224)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA SUPERINTENDENTE

Patrícia Martins de Freitas de Oliveira

DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Nilton Sergio Silveira Carvalho

CONTADOR

André Miguel do Nascimento - CRC 1SP191241/O-8

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

DIRETORA RESPONSÁVEL TÉCNICA

Patrícia Martins de Freitas de Oliveira

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Santander Capitalização S.A.

São Paulo – SP

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Santander Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2015, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Santander Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuariários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Sociedade para planejar procedimentos de

auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Santander Capitalização S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência acima referidos da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo 22 de fevereiro de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Santander Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro

Contador

CRC nº 1 SP 236588/O-4